

CRISTIANE CAVALCANTI DA TRINDADE	44°	44°
GISELLE QUEIROZ LIMEIRA PAULA	45°	45°
FRANCISCO DE MORAES ALENCAR FILHO	46°	46°
AUDREY ANNE FEITOSA PETROLA	47°	47°
PAULA ROBERTA LOPES NOGUEIRA	48°	48°
NEIVA MARIA DE MELO CASTRO	49°	49°
NATALIA ROCHA SOARES	50°	50°
THALES RODRIGUES TEIXEIRA	51°	51°
CAYO PEREIRA SABINO	52°	52°
ANA PAULA PASSOS MEIRELES	53°	53°
FRANCIMARA ALVES DOS SANTOS	54°	54°

ANEXO II DO ATO Nº 190/2013

CANDIDATO(A)	CLASSIFICAÇÃO DENTRE OS INSCRITOS NAS VAGAS RESERVADAS AOS CANDIDATOS PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS	CLASSIFICAÇÃO GERAL
ERIALDO DE SOUSA LIMA	1°	215°
EMILIO AMARAL PIMENTEL	2°	407°
DEBORA RABELO QUEIROZ SILVA	3°	448°
REBECA COSTA GADELHA DA SILVEIRA	4°	675°
KARISIA KESIA BEZERRA DE SOUSA	5°	847°
FRANCISCO VAGNER DA SILVA	6°	870°

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, em Fortaleza, aos 25 de novembro de 2013.

Alfredo **RICARDO** de Holanda Cavalcante **MACHADO**
Procurador-Geral de Justiça

EDITAL Nº 08/2013**HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO DO 2º CONCURSO PARA PROVIMENTO DOS CARGOS DE TÉCNICO E ANALISTAS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ****RELATÓRIO**

1. A Procuradoria Geral de Justiça do Estado do Ceará, com o propósito de prover os cargos vagos do seu quadro geral de pessoal, iniciou processo seletivo através da edição do Provimento nº 040/2012, de 08 de março de 2012, designando Comissão do Concurso composta pelo Procurador de Justiça Dr. Luiz Eduardo do Santos, pelos Promotores de Justiça Dr. Francisco André Karbage Nogueira e Dr. Francisco Diassis Alves Leitão, pela Secretária de Recursos Humanos, Ana Lúcia Sudário Dias Branco, sendo secretariada pela Analista Ministerial Milena Sousa de Oliveira, com apoio administrativo da Técnica Ministerial Tatiana Maria Rodrigues Brito, e tendo como representante da Associação dos Servidores do Ministério Público do Estado do Ceará, o Analista Ministerial Antônio Tadeu Uchoa Filho;

2. Como ato inicial, o então Presidente da Comissão solicitou envio de ofício a diversas organizadoras de concurso público, solicitando propostas pormenorizadas de custos dos trabalhos a serem desenvolvidos com a organização do certame. Os ofícios foram enviados à Escola de Administração Fazendária – ESAF, Fundação Getúlio Vargas – FGV, Fundação Carlos Chagas – FCC, Fundação Escola Superior do MP-RS, Escola Superior do MP-SP, Escola Superior do MP-PR, Fundação Cearense de Pesquisa e Cultura, CESPE/UNB, Coordenadoria de Concursos da Universidade Federal do Ceará – CCV e Coordenadoria Executiva do Vestibular da Universidade Estadual do Ceará – CEV;

3. Na 1ª reunião da mencionada Comissão, realizada em 19 de junho de 2012, a Secretaria da Comissão informou que apenas 03 empresas responderam aos ofícios: a Fundação Carlos Chagas, a Fundação Escola Superior do Ministério Público do Rio Grande do Sul e o Instituto AOCP (foram realizadas diligências para colher maiores informações sobre esta organizadora, uma vez que a empresa não era conhecida de nenhum dos integrantes da Comissão). As propostas foram apresentadas e submetidas à análise da Comissão do Concurso;

4. Na 2ª reunião da Comissão, realizada em 04 de julho de 2012, os membros da Comissão deliberaram sobre os conhecimentos a serem avaliados pelas provas do concurso, ressaltando que, para o cargo de Analista Ministerial – Direito, haveria prova de Redação, a qual deveria ser corrigida para o candidato classificado até a 200ª posição e, para o cargo de Analista Ministerial – Informática, haveria prova de Redação, a qual deveria ser corrigida para o candidato classificado até a 50ª posição;

5. Ainda na 2ª reunião, discutiu a Comissão novamente sobre a escolha da organizadora, solicitando à Secretaria que encaminhasse ofício para a Fundação Carlos Chagas objetivando a readequação da proposta dessa organizadora de acordo com as deliberações acima citadas, pois em sua proposta inicial constavam provas para todos os cargos do quadro de pessoal do Ministério Público, devendo constar apenas 03 (três) cargos, objetivando com isso reduzir os custos da proposta e viabilizar a contratação de uma organização de reconhecida competência técnica em aplicação de provas de concurso em todo o Brasil. Foram ainda enviados ofícios à organizadora do último certame desta Procuradoria, Empresa de Seleção Pública e Privada – ESPP, e ao Instituto Brasileiro de Formação e Capacitação – IBFC;

7. Na 3ª reunião da Comissão, realizada em 06 de agosto de 2012, o Presidente da Comissão informou que foram recebidas novas propostas (readequadas) da Fundação Carlos Chagas e do Instituto AOCF. Após análise das propostas, à unanimidade dos presentes, foi escolhida como organizadora do certame em questão a Fundação Carlos Chagas, em virtude dessa Fundação possuir inquestionável reputação ético-profissional em organização de concursos em todo o Brasil, colaborando assim para a lisura e o bom andamento do certame, de possuir os demais requisitos necessários à contratação através de dispensa de licitação (art. 24, XIII da Lei 8.666/93) e da perspectiva de arrecadação ser suficiente para o pagamento do valor contratado;

8. Foi publicado no Diário da Justiça de 16 de outubro de 2012, o Extrato do Contrato nº 036/2012/CPL/PGJ de prestação de serviços de organização e aplicação das provas do concurso público para servidor, firmado entre o Estado do Ceará, por intermédio da Procuradoria Geral de Justiça, e a Fundação Carlos Chagas;

9. Na 4ª reunião, realizada em 17 de dezembro de 2012, o Presidente da Comissão informou que foi recebida, em 06 de dezembro de 2012, minuta de edital elaborado pela Fundação Carlos Chagas, a qual foi analisada por todos os membros da Comissão, sendo realizadas as alterações necessárias. Foi verificado, por exemplo, a não previsão da prova de títulos para o cargo de Analista Ministerial, manifestando-se os membros da Comissão pela necessidade de inclusão da Prova de Títulos para o cargo de Analista Ministerial no edital do novo certame e consequente elaboração de nova minuta de edital;

10. Na 5ª reunião, realizada em 22 de janeiro de 2013, o Presidente da Comissão informou que foi recebida nova minuta do edital, já com as alterações sugeridas após a última reunião, a qual foi encaminhada a todos os membros da Comissão, que iniciaram a análise da mencionada minuta do edital desde seu início, item a item. Foram feitas algumas alterações, conforme pontuadas na ata desta reunião.

11. Na reunião seguinte, realizada no dia 06 de março de 2013, foi dada continuidade à análise dos itens do edital, já com as alterações sugeridas após a última reunião da Comissão. Foi analisado também o conteúdo programático e feitas as devidas alterações, finalizando assim toda a análise do edital;

12. O Edital nº 01/2013, de abertura de inscrições, foi publicado no Diário da Justiça do Estado do Ceará em 01 de abril de 2013;

13. Na 7ª reunião, realizada no dia 11 de abril de 2013, o Presidente da Comissão informou que protocolou pedido de saída da Comissão através do Processo nº 8858/2013-4. Logo em seguida, foi apresentada a Procuradora de Justiça Dra. Maria José Marinho da Fonseca como a nova Presidente da Comissão. Foram discutidos assuntos relacionados ao conteúdo programático, questionamentos acerca da Lei nº 13.844, de 27 de novembro de 2006, a qual não foi contemplada no edital no que se refere à isenção, além de questionamento referente à quantidade de vagas para pessoas com deficiência, pois ao analisar a Resolução nº 81, de 31 de janeiro de 2012, do Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP, a Comissão deliberou que o percentual reservado para candidatos com deficiência fosse retificado para 10%, de acordo com o disposto na mencionada resolução;

14. Através do Provimento nº 86/2013, datado de 15 de abril de 2013, que revogou o Provimento nº 40/2012 e o Provimento nº 27/2013, foi alterada a composição da Comissão do Concurso. Através deste ato, a Dra. Maria José Marinho da Fonseca passou a presidir a mencionada Comissão, permanecendo os demais membros;

15. Na 8ª reunião, realizada no dia 22 de abril de 2013, a Presidente da Comissão apresentou quadro com sugestão de alterações no conteúdo programático. Todos os membros acataram as sugestões propostas;

16. Na 9ª reunião, realizada no dia 29 de abril de 2013, a Comissão deliberou sobre a inclusão das Leis nº 13.844, de 27 de novembro de 2006, e nº 14.859, de 28 de dezembro de 2010, na parte do Edital nº 01/2013 que trata sobre a isenção da taxa de inscrição e aprovou o Edital de Retificação nº 02/2013. Após análise da matéria por todos os membros presentes, a Comissão decidiu não incluir as mencionadas leis no edital e aprovar a minuta do Edital nº 02/2013;

17. O Edital nº 02/2013 de retificação foi publicado no Diário da Justiça do Estado do Ceará em 29 de abril de 2013;

18. Inscreveram-se para o certame um total de 15.384 candidatos, assim distribuídos:

18.1. Analista Ministerial (Área Direito) – 2.834 (dois mil, oitocentos e trinta e quatro);

18.2. Analista Ministerial (Área Ciências da Computação) – 241 (duzentos e quarenta e um);

18.3. Técnico Ministerial – 12.309 (doze mil, trezentos e nove).

19. Superada esta fase, a Comissão do Concurso expediu o Edital nº 03/2013 de Convocação para as Provas, publicado no Diário da Justiça do Estado do Ceará em 27 de maio de 2013;

20. Através do Provimento nº 131/2013, datado de 29 de maio de 2013, que revogou o Provimento nº 86/2013, foi alterada a composição da Comissão do Concurso. Através deste ato, o Dr. Francisco Elnatan Carlos de Oliveira passou a presidir a mencionada Comissão, tendo ingressado o Dr. Emmanuel Roberto Girão de Castro Pinto, Promotor de Justiça e Assessor do Procurador-Geral de Justiça, na qualidade de membro;

21. No dia 02 de junho de 2013, realizaram-se as provas do concurso público para provimento dos cargos de Servidor do Ministério Público do Estado do Ceará, Analista e Técnico Ministerial. A Comissão permaneceu de plantão durante todo o período de aplicação das provas, visando a oferecer o suporte necessário ao pleno êxito do certame, bem como averiguar toda ocorrência que lhe fosse noticiada para a adoção das providências necessárias;

22. Através do Provimento nº 157/2013, datado de 18 de julho de 2013, que revogou o Provimento nº 131/2013, foi alterada a composição da Comissão do Concurso. Através deste ato, o Promotor de Justiça Dr. Humberto Ibiapina Lima Maia, passou a integrar a mencionada Comissão, na qualidade de representante da Associação Cearense do Ministério Público;

23. Em 22 de julho de 2013, foi publicado no Diário da Justiça o Edital nº 04/2013, de Resultado das Provas Objetiva e Discursiva-Redação. Foram aprovados 4.414 (quatro mil, quatrocentos e quatorze) candidatos a Técnico Ministerial, dentre eles 58 (cinquenta e oito) candidatos com deficiência. Para o cargo de Analista Ministerial – Direito foram aprovados 212 (duzentos e doze) candidatos, dentre eles 12 (doze) candidatos com deficiência e, para o cargo de Analista Ministerial – Ciências da Computação foram aprovados 53 (cinquenta e três) candidatos, dentre eles 03 (três) com deficiência;

24. Em 23 de agosto de 2013, foi publicado no Diário da Justiça o Edital nº 05/2013, de Resultado das Provas Objetivas e Discursiva-Redação, após análise de recursos, e a Convocação para entrega de títulos pelos candidatos a Analistas Ministeriais;

25. Através do Provimento nº 192/2013, de 26 de setembro de 2013, que revogou o Provimento nº 157/2013, foi alterada a composição da Comissão do Concurso. Através deste ato, a servidora Cláudia Rejane Moreira Lobo passou a integrar a mencionada Comissão, na qualidade de Secretária de Recursos Humanos;

26. Na mesma data, foi publicado no Diário da Justiça o Edital nº 06/2013, de Resultado da avaliação de títulos;

27. Em 18 de outubro de 2013, foi publicado no Diário da Justiça o Edital nº 07/2013, de Resultado Final do certame.

É o relatório.

HOMOLOGAÇÃO

Tudo bem visto e examinado, verificada a lisura do certame, bem como o respeito aos princípios da legalidade, isonomia, moralidade e publicidade, o Procurador-Geral de Justiça do Estado do Ceará, Alfredo Ricardo de Holanda Cavalcante Machado, resolve HOMOLOGAR o resultado final do 2º Concurso Público para provimento de cargos de Técnico e Analista Ministeriais (Áreas Direito e Ciências da Computação), divulgados no Anexo I do Edital nº 05/2013, e Anexos I e II do Edital nº 07/2013, em conformidade com as prescrições estabelecidas pela Lei Estadual nº 12.482 de 31 de julho de 1995 e alterações posteriores.

Publicações necessárias.

Em Fortaleza, aos 21 de novembro de 2013.

ALFREDO RICARDO DE HOLANDA CAVALCANTE MACHADO
PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ

MSO/APG

ATA DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 045/2013

Dependência: PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA - COMISSAO DE LICITACAO - (CE) Licitação: (Ano: 2013/ PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA / Nº Processo: 13161/2013-6).

Às 15:10:37 horas do dia 20/11/2013 no endereço RUA DA ASSUNCAO, 1100, bairro JOSE BONIFACIO, da cidade de FORTALEZA - CE, reuniram-se o Pregoeiro da disputa Sr(a). PAULO ERNESTO DE FREITAS MAURICIO, e a respectiva Equipe de Apoio, designado pelo ato de nomeação, para realização da Sessão Pública de Licitação do Pregão Nº Processo: 13161/2013-6 - 2013/2013-045 que tem por objeto Registro de preços para futuras e eventuais contratações de pessoa jurídica para prestação de serviços especializados e continuados de vigilância armada, compreendendo, além do fornecimento dos postos de serviço, os equipamentos, EPs e ferramentas necessárias à execução do serviço, nas dependências dos prédios onde funcionam as unidades ministeriais da Capital, Região Metropolitana e Interior do Estado, tudo consoante especificações e estimativas de quantidade contidas no ANEXO I TERMO DE REFERÊNCIA do Edital.

Abertas as propostas, foram apresentados os seguintes preços:

Lote (1) - Registro de preços para futuras e eventuais contratações de pessoa jurídica para prestação de serviços especializados e continuados de vigilância armada, compreendendo, além do fornecimento dos postos de serviço, os equipamentos, EPs e ferramentas necessárias à execução do serviço, nas dependências dos prédios onde funcionam as unidades ministeriais da CAPITAL e REGIÃO METROPOLITANA, tudo consoante especificações e estimativas de quantidade contidas no ANEXO I TERMO DE REFERÊNCIA do Edital.

Data-Hora Fornecedor Proposta

13/11/2013 19:05:44:572 THOMPSON SEGURANCA LTDA R\$ 1.813.893,36
20/11/2013 13:06:30:556 SERVIS SEGURANCA LTDA R\$ 1.866.053,90
18/11/2013 16:02:06:151 SERVIARM-SERVICO DE VIGILANCIA ARMADA LTDA R\$ 1.806.000,00
19/11/2013 17:08:13:253 LOCABRAS - SEGURANCA DE VALORES LTDA ME R\$ 1.748.007,36
18/11/2013 18:24:01:373 NORTH SEGURANCA LTDA R\$ 1.712.588,16
19/11/2013 12:13:55:315 ACESSO SEGURANCA PRIVADA LTDA - ME R\$ 3.500.000,00

Lote (2) - Registro de preços para futuras e eventuais contratações de pessoa jurídica para prestação de serviços especializados e continuados de vigilância armada, compreendendo, além do fornecimento dos postos de serviço, os equipamentos, EPs e ferramentas necessárias à execução do serviço, nas dependências dos prédios onde funcionam as unidades ministeriais do INTERIOR do Estado, tudo consoante especificações e estimativas de quantidade contidas no ANEXO I TERMO DE REFERÊNCIA do presente Edital.

Data-Hora Fornecedor Proposta

13/11/2013 19:05:44:572 THOMPSON SEGURANCA LTDA R\$ 2.309.612,64
20/11/2013 13:06:30:556 SERVIS SEGURANCA LTDA R\$ 2.241.947,54